RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ANÁLISE DOCUMENTAL DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DOS DESAFIOS INSTITUCIONAIS EM LÁBREA-AM

INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER: A LITERATURE REVIEW OF TEACHING PRACTICES AND INSTITUTIONAL CHALLENGES IN LÁBREA, AMAZONAS

INCLUSIÓN DE ALUMNOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA: ANÁLISIS DOCUMENTAL DE LAS PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS Y LOS RETOS INSTITUCIONALES EN LÁBREA (AM)

Maria Antonia Barreiros de Moura
Mestranda em Educação Inclusiva (PROFEI/IFAM)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Brasil
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1041-9799

Fábio Teixeira Lima
Doutor em Ensino
Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES)
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2835-1289

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar documentalmente as práticas pedagógicas relacionadas à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em Lábrea, Amazonas, Brasil, considerando os desafios institucionais e as condições de organização do atendimento educacional. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter documental e analítico-descritivo, tendo como referência o Relatório de Atividades de 2024 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Lábrea-AM. O documento registra ações nas áreas educacional, saúde e assistência social, incluindo atividades pedagógicas, artísticas e socioeducativas, além de atendimentos especializados e iniciativas de conscientização sobre o autismo. Também apresenta informações sobre a relação entre os serviços oferecidos pela instituição e a escolarização regular, bem como desafios relacionados à infraestrutura e à participação familiar. A análise considera dimensões como concepções de inclusão, estratégias pedagógicas, acessibilidade curricular, articulação entre profissionais e condições institucionais para o atendimento educacional. Ressalta-se, contudo, que o relatório institucional constitui uma fonte contextual e não substitui a análise dos planos pedagógicos das escolas, necessária para identificar como as práticas inclusivas são formalmente previstas na rede de ensino local. Espera-se que o estudo contribua para compreender as possibilidades e as limitações documentadas no processo de

ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

inclusão de estudantes com TEA e para indicar aspectos que demandam maior atenção no planejamento pedagógico e na organização institucional.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Educação inclusiva. Práticas pedagógicas. Análise documental. Lábrea-AM.

Abstract

The purpose of this study is to conduct a documentary analysis of pedagogical practices related to the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Lábrea, Amazonas, taking into account institutional challenges and the organizational conditions of educational services. The research is based on a qualitative approach, of a documentary and analytical-descriptive nature, using the 2024 Activity Report of the Association of Parents and Friends of the Exceptional (APAE) of Lábrea, Amazonas, as a reference. The document details initiatives in the areas of education, health, and social services, including pedagogical, artistic, and socio-educational activities, as well as specialized services and autism awareness initiatives. It also provides information on the relationship between the services offered by the institution and mainstream schooling, as well as challenges related to infrastructure and family participation. The analysis considers dimensions such as conceptions of inclusion, pedagogical strategies, curricular accessibility, coordination among professionals, and institutional conditions for educational services. It should be noted, however, that the institutional report serves as a contextual source and does not replace an analysis of schools' pedagogical plans, which is necessary to identify how inclusive practices are formally provided for in the local school system. It is hoped that this study will contribute to an understanding of the documented possibilities and limitations in the process of including students with ASD and will highlight aspects that require greater attention in instructional planning and institutional organization.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Inclusive education. Instructional practices. Literature review. Lábrea, AM.

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo analizar, a partir de la documentación, las prácticas pedagógicas relacionadas con la inclusión de alumnos con trastorno del espectro autista (TEA) en Lábrea, Amazonas, teniendo en cuenta los retos institucionales y las condiciones de organización de la atención educativa. La investigación se basa en un enfoque cualitativo, de carácter documental y analítico-descriptivo, tomando como referencia el Informe de Actividades de 2024 de la Asociación de Padres y Amigos de las Personas con Discapacidad (APAE) de Lábrea (Amazonas). El documento recoge las actuaciones en los ámbitos educativo, sanitario y de asistencia social, incluyendo actividades pedagógicas, artísticas y socioeducativas, además de atenciones especializadas e iniciativas de sensibilización sobre el autismo. Asimismo, presenta información sobre la relación entre los servicios ofrecidos por la institución y la escolarización ordinaria, así como los retos relacionados con la infraestructura y la participación familiar. El análisis tiene en cuenta aspectos como los conceptos de inclusión, las estrategias pedagógicas, la accesibilidad curricular, la coordinación entre profesionales y las condiciones institucionales para la atención educativa. Cabe destacar, sin embargo, que el informe institucional constituye una fuente contextual y no sustituye al análisis de los planes pedagógicos de los centros educativos, necesario para identificar cómo se prevén formalmente las prácticas inclusivas en la red educativa local. Se espera que el estudio contribuya a comprender las posibilidades y las limitaciones documentadas en el proceso de inclusión de alumnos con TEA y a señalar los aspectos que requieren mayor atención en la planificación pedagógica y en la organización institucional.

ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

Palabras clave: Trastorno del espectro autista. Educación inclusiva. Prácticas pedagógicas. Análisis documental. Lábrea (AM).

1. Introdução

A Educação Inclusiva constitui um princípio fundamental para a garantia do direito à educação e para a construção de sistemas de ensino comprometidos com a equidade, o respeito à diversidade e a participação de todos os estudantes no processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) não deve ser compreendida apenas como a matrícula na escola regular, mas como um processo que envolve a eliminação de barreiras, a organização de estratégias pedagógicas acessíveis e a criação de condições efetivas para a participação e o desenvolvimento educacional. A discussão exige, portanto, que as instituições de ensino considerem as singularidades dos estudantes e incorporem a diversidade como elemento constitutivo do planejamento pedagógico.

No contexto brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 9.394/1996 — estabelece princípios e diretrizes para a organização da educação nacional, incluindo a oferta da educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino. Posteriormente, a Lei nº 12.764/2012 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e reconheceu a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência — Lei nº 13.146/2015 — reforçou a obrigação de assegurar condições de igualdade no exercício dos direitos, incluindo o acesso a um sistema educacional inclusivo. Esses marcos normativos oferecem fundamentos para analisar a responsabilidade das instituições de ensino na construção de práticas pedagógicas que favoreçam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes.

A existência de dispositivos legais, entretanto, não assegura, por si só, que os princípios inclusivos sejam plenamente incorporados ao cotidiano escolar. Entre

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

a previsão normativa e sua concretização, situam-se aspectos como o planejamento docente, a seleção de recursos didáticos, a flexibilização de estratégias de ensino, a acessibilidade curricular, a formação dos profissionais e a articulação entre escola, família e serviços de apoio.

O Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO (2020) destaca que a inclusão educacional demanda atenção aos obstáculos que impedem determinados grupos de participar plenamente da educação, evidenciando a importância de políticas e práticas capazes de responder à diversidade dos estudantes. Desse modo, a análise da inclusão requer examinar não apenas os princípios declarados pelas instituições, mas também como eles são traduzidos em orientações e ações educacionais.

No caso dos estudantes com TEA, o planejamento pedagógico precisa considerar a diversidade de características, necessidades de apoio e formas de participação presentes nesse grupo, evitando a adoção de estratégias homogêneas. A organização do ensino deve possibilitar a utilização de recursos e procedimentos compatíveis com os objetivos de aprendizagem e com as necessidades educacionais identificadas, sem reduzir as expectativas de desenvolvimento do estudante ou restringir sua participação nas atividades coletivas.

Nessa direção, os documentos pedagógicos assumem relevância por registrarem concepções de inclusão, objetivos educacionais, estratégias de ensino, formas de acompanhamento da aprendizagem e responsabilidades institucionais. Quando examinados criticamente, esses documentos permitem investigar se a inclusão aparece apenas como princípio geral ou se é incorporada ao planejamento por meio de orientações pedagógicas mais concretas.

Em Lábrea, no estado do Amazonas, o Relatório de Atividades de 2024 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) apresenta elementos contextuais relevantes para compreender parte da rede de apoio educacional destinada a pessoas com deficiência e estudantes com TEA.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

O documento registra atividades educacionais, artísticas e socioeducativas, ações de conscientização sobre o autismo e atendimentos especializados, além de mencionar a relação entre os serviços da instituição e a escolarização regular. Também aponta desafios institucionais, entre eles limitações relacionadas à infraestrutura e à participação familiar.

Essas informações contribuem para contextualizar a discussão sobre inclusão no município, mas não permitem, isoladamente, concluir como as escolas da rede regular formalizam suas práticas pedagógicas, uma vez que o relatório da APAE não substitui os projetos político-pedagógicos, os planos de ensino ou outros documentos produzidos pelas instituições escolares.

Diante desse contexto, torna-se relevante investigar como a inclusão de estudantes com TEA é contemplada nos documentos pedagógicos das instituições educacionais de Lábrea-AM. A análise documental pode contribuir para identificar as concepções de inclusão presentes nesses registros, as estratégias previstas para favorecer a aprendizagem, as referências à acessibilidade curricular e à atuação colaborativa dos profissionais, bem como possíveis lacunas entre os princípios legais e sua tradução no planejamento educacional. A relevância do estudo reside, assim, na possibilidade de produzir uma leitura contextualizada dos documentos, evitando presumir que a existência de políticas inclusivas corresponda, necessariamente, à sua implementação efetiva.

A partir dessas considerações, estabelece-se a seguinte questão de pesquisa: como os documentos pedagógicos das instituições educacionais de Lábrea-AM contemplam a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, especialmente no que se refere às estratégias pedagógicas, à acessibilidade curricular e às condições institucionais necessárias à aprendizagem?

O objetivo geral consiste em analisar documentalmente as práticas pedagógicas previstas para a inclusão de estudantes com TEA nos documentos pedagógicos de instituições educacionais de Lábrea-AM, considerando as estratégias de ensino, a acessibilidade curricular e os desafios institucionais

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

evidenciados nos registros examinados. Para alcançar esse propósito, pretende-se identificar as concepções de educação inclusiva presentes nos documentos selecionados; examinar as estratégias pedagógicas e os recursos previstos para atender à diversidade dos estudantes; verificar como são abordadas a formação docente, a colaboração entre profissionais e a participação familiar; e identificar lacunas documentais que possam indicar aspectos a serem aprofundados no planejamento educacional.

Metodologicamente, a investigação é delineada como uma pesquisa qualitativa, de caráter documental e analítico-descritivo. O Relatório de Atividades de 2024 da APAE de Lábrea-AM será utilizado como fonte contextual complementar, enquanto a análise das práticas pedagógicas das escolas dependerá do acesso aos respectivos documentos institucionais. Essa delimitação busca assegurar a coerência entre o problema de pesquisa, os objetivos e as fontes efetivamente analisadas, evitando atribuir aos documentos conclusões que eles não permitem sustentar.

2. Fundamentação teórica

2.1 Educação Inclusiva: fundamentos conceituais, políticos e normativos

A Educação Inclusiva fundamenta-se no reconhecimento da educação como direito de todos e na responsabilidade dos sistemas de ensino de assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, respeitando as diferenças individuais. Essa perspectiva ultrapassa a inserção física do estudante na escola regular, pois exige a identificação e a superação de barreiras que possam comprometer sua participação nas atividades escolares. Assim, a inclusão deve ser compreendida como um processo contínuo de reorganização das práticas pedagógicas, dos recursos educacionais e das condições institucionais, e não apenas como uma medida administrativa de matrícula.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

O Relatório de Monitoramento Global da Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO (2020), intitulado *Inclusion and education: All means all*, destaca que a inclusão educacional depende do reconhecimento da diversidade dos estudantes e da identificação dos mecanismos que produzem exclusão nos sistemas de ensino. O documento chama a atenção para barreiras físicas, sociais, psicológicas e sistêmicas que podem restringir a participação educacional. Nessa abordagem, a diversidade não deve ser tratada como obstáculo à organização escolar, mas como uma característica constitutiva dos processos educativos, que demanda respostas institucionais planejadas.

Essa compreensão contribui para analisar a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma vez que permite deslocar o foco exclusivo das características individuais para a relação entre o estudante, as práticas pedagógicas e o ambiente educacional. A análise das condições de inclusão requer, portanto, investigar se a instituição identifica as barreiras existentes e prevê recursos, estratégias e formas de acompanhamento compatíveis com a participação dos estudantes nas atividades curriculares.

No ordenamento jurídico brasileiro, no art. 205, da Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, orientada ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) — dispõe sobre a organização da educação nacional e estabelece no seu capitulo V, artigos 58, 59 e 60, referentes à educação especial, diretrizes para o atendimento educacional dos estudantes que constituem seu público-alvo. O texto legal prevê o atendimento educacional especializado e determina que a educação especial seja oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.

Outro marco relevante é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo Ministério da Educação em

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

2008 (Brasil, 2008). O documento orienta a organização de sistemas educacionais inclusivos e destaca a necessidade de garantir o acesso ao ensino regular, a participação, a aprendizagem e a oferta do atendimento educacional especializado. Sua contribuição para esta pesquisa consiste em fornecer parâmetros para examinar como os documentos escolares contemplam a educação especial e quais orientações são previstas para favorecer a escolarização dos estudantes. A política, contudo, deve ser utilizada como referência normativa e histórica, sem que sua existência seja interpretada, por si só, como comprovação de que suas diretrizes são efetivamente implementadas em todas as instituições.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência — Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015) — reforça a obrigação de assegurar um sistema educacional inclusivo, com condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem. Sob esse marco, a acessibilidade não se limita à estrutura física, pois envolve também a eliminação de barreiras que dificultam a comunicação, a participação e o acesso ao conhecimento. Para a análise documental, essa legislação permite observar se os documentos pedagógicos apresentam orientações que favoreçam a participação dos estudantes com deficiência nas atividades escolares e se reconhecem a responsabilidade institucional pela organização de condições inclusivas.

Em conjunto, esses documentos estabelecem referências jurídicas e políticas para a análise das práticas pedagógicas. Entretanto, a pesquisa não deve se limitar à identificação de citações à legislação nos planos escolares. É necessário examinar se os princípios normativos se traduzem em objetivos, estratégias, recursos, formas de acompanhamento e responsabilidades claramente descritas. Essa distinção é central para a consistência analítica do estudo, pois a presença formal do discurso inclusivo em um documento não demonstra, isoladamente, sua concretização no cotidiano educacional.

2.2 Inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

A inclusão escolar de estudantes com TEA requer o reconhecimento de que esse grupo apresenta diferentes características e necessidades de apoio. Por isso, não é adequado pressupor que todos os estudantes autistas aprendam, comuniquem-se ou participem das atividades escolares da mesma maneira. As decisões pedagógicas precisam considerar as particularidades de cada estudante, os objetivos curriculares, as formas de comunicação, as condições de participação e os apoios necessários, evitando generalizações que transformem o diagnóstico em uma definição prévia das possibilidades de aprendizagem.

No âmbito legal, a Lei nº 12.764/2012 (Brasil, 2012) instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e reconheceu a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Esse marco é relevante para a educação porque vincula a discussão sobre o autismo à garantia de direitos e à responsabilidade pública de promover condições de participação social e educacional. Sua interpretação deve estar articulada à Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), que estabelece parâmetros mais amplos para a efetivação do direito à educação inclusiva.

Do ponto de vista pedagógico, o diagnóstico não deve ser utilizado como justificativa para reduzir previamente as oportunidades de aprendizagem ou afastar o estudante das experiências comuns à turma. A organização do ensino precisa articular os objetivos curriculares às estratégias e aos recursos de apoio necessários, de modo que as diferenças individuais sejam consideradas no planejamento. Isso pode envolver a diversificação de materiais, o uso de recursos visuais, a explicitação das etapas de uma atividade, a organização de rotinas compreensíveis e a oferta de diferentes possibilidades de participação e expressão, desde que essas escolhas sejam pertinentes às necessidades observadas e aos objetivos educacionais estabelecidos.

Tais estratégias não devem ser aplicadas como um conjunto rígido de procedimentos destinados indistintamente a todos os estudantes com TEA. Sua

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

pertinência depende da avaliação pedagógica, da observação contínua, do diálogo com o estudante e de interlocução com a família e os profissionais que participam de seu processo educacional. A análise documental deve verificar, portanto, se as estratégias são apresentadas de maneira genérica ou se os documentos indicam como serão selecionadas, desenvolvidas e acompanhadas no contexto de cada instituição.

Nessa perspectiva, a inclusão não pode ser reduzida à presença de um profissional de apoio ou ao encaminhamento do estudante para um serviço especializado. Embora esses recursos possam desempenhar funções relevantes, eles não substituem a responsabilidade pedagógica da escola nem dispensam o planejamento do professor responsável pela turma. A efetividade da inclusão depende da articulação entre o currículo, as estratégias de ensino, os recursos de acessibilidade, o acompanhamento da aprendizagem e as responsabilidades dos profissionais envolvidos.

Para esta pesquisa, essa compreensão orienta a identificação de evidências documentais sobre o modo como os planos pedagógicos abordam a participação dos estudantes com TEA, as estratégias de ensino, a adaptação ou flexibilização de atividades quando necessária, os recursos de acessibilidade e as formas de acompanhamento do desenvolvimento educacional. A ausência de determinada estratégia em um documento deverá ser interpretada como uma lacuna documental, e não como prova automática de que ela não ocorre na prática.

2.3 Planejamento pedagógico, acessibilidade curricular e Desenho Universal para a Aprendizagem

O planejamento pedagógico constitui uma dimensão fundamental da educação inclusiva, pois permite organizar intencionalmente os objetivos de aprendizagem, os conteúdos, as estratégias metodológicas, os recursos didáticos e os procedimentos de avaliação. Em uma perspectiva inclusiva, planejar significa

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

considerar a diversidade dos estudantes desde a elaboração das propostas de ensino, evitando que a participação dependa exclusivamente de adaptações realizadas de maneira improvisada após a identificação de dificuldades.

A Base Nacional Comum Curricular — BNCC (Brasil, 2018) — estabelece aprendizagens essenciais que devem orientar os currículos e as propostas pedagógicas das instituições de Educação Básica. Embora não constitua, isoladamente, um protocolo específico de atendimento a estudantes com TEA, a BNCC oferece uma referência curricular importante para examinar como os documentos institucionais articulam objetivos de aprendizagem, competências e habilidades às estratégias de ensino. A análise deve verificar se o planejamento mantém objetivos educacionais claros e prevê caminhos pedagógicos que possibilitem a participação dos estudantes, considerando as necessidades de apoio identificadas.

Nesse contexto, é necessário distinguir acessibilidade curricular de simplificação indiscriminada dos conteúdos. A acessibilidade envolve identificar barreiras que dificultam o acesso ao conhecimento e organizar alternativas para que os estudantes possam participar das experiências de aprendizagem. Dependendo das necessidades identificadas, isso pode envolver a diversificação de recursos, a reorganização da apresentação das informações, a flexibilização do tempo para realização das tarefas, a utilização de diferentes formas de expressão e a adoção de procedimentos de avaliação coerentes com os objetivos educacionais. Tais medidas devem preservar a intencionalidade pedagógica e ser justificadas pelas necessidades educacionais observadas, sem pressupor que todos os estudantes com TEA demandem as mesmas adaptações.

Uma referência internacional que contribui para essa discussão é o Desenho Universal para a Aprendizagem, conhecido pela sigla DUA. As diretrizes do CAST (2024) propõem que os ambientes e as experiências de aprendizagem sejam planejados para reduzir barreiras desde sua concepção, considerando diferentes formas de envolvimento, apresentação das informações, ação e expressão dos

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

estudantes. A versão 3.0 das diretrizes enfatiza, ainda, a necessidade de enfrentar barreiras relacionadas a vieses e a práticas de exclusão.

O DUA oferece uma referência analítica útil para examinar os planos pedagógicos, pois permite observar se o planejamento contempla diferentes formas de acesso aos conteúdos e de participação nas atividades. Entretanto, sua utilização no artigo deve ser apresentada como um referencial teórico para interpretar os documentos, e não como evidência de que as instituições pesquisadas adotam formalmente essa abordagem.

A análise pode, assim, considerar três dimensões complementares: a existência de diferentes formas de apresentar conteúdos e orientações; a previsão de alternativas para que os estudantes participem e expressem o que aprenderam; e a organização de estratégias que favoreçam o envolvimento, a autonomia e o acompanhamento da aprendizagem. Essas dimensões ajudam a identificar se os documentos apresentam uma concepção ampla de acessibilidade ou se restringem as orientações inclusivas a medidas isoladas, sem articulação com o planejamento curricular.

O DUA não elimina a necessidade de apoios individualizados quando estes são pertinentes. A organização de ambientes mais acessíveis para todos os estudantes pode reduzir determinadas barreiras, mas não substitui a avaliação das necessidades específicas nem o planejamento de recursos adicionais. Para a análise documental proposta, essa distinção é relevante porque permite examinar tanto as medidas de acessibilidade previstas para o conjunto da turma quanto as estratégias específicas mencionadas nos documentos para atender aos estudantes com TEA.

2.4 Formação docente, colaboração profissional e participação familiar

A construção de práticas pedagógicas inclusivas também depende das condições de trabalho e da atuação dos profissionais da educação. A formação

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

docente, nesse sentido, não deve ser entendida exclusivamente como domínio de informações sobre o TEA, mas como desenvolvimento de conhecimentos para planejar, conduzir e avaliar situações de aprendizagem que considerem a diversidade dos estudantes. Isso envolve compreender as barreiras presentes no ambiente escolar, selecionar estratégias pedagógicas adequadas, acompanhar o progresso dos estudantes e rever decisões quando os resultados observados indicarem a necessidade de mudanças.

A formação inicial e continuada pode contribuir para ampliar as possibilidades de intervenção pedagógica, mas sua existência não garante, isoladamente, a efetividade das práticas inclusivas (Ridolfi *et al*., 2025b). Também são relevantes as condições institucionais para o planejamento coletivo, a disponibilidade de recursos didáticos, o acesso à orientação especializada e a organização do trabalho entre professores, gestão escolar e profissionais do atendimento educacional especializado. Por essa razão, a análise dos documentos deve considerar se as responsabilidades são descritas de forma clara e se há previsão de ações colaborativas, acompanhamento pedagógico ou formação continuada.

A colaboração entre profissionais pode favorecer a construção de respostas educacionais mais consistentes quando há compartilhamento de informações relevantes, definição de responsabilidades e articulação entre o planejamento curricular e os apoios oferecidos ao estudante. Essa colaboração, contudo, não deve transferir exclusivamente ao profissional especializado a responsabilidade pela aprendizagem do estudante com TEA. A inclusão é uma atribuição institucional e requer a participação dos diferentes agentes envolvidos no processo educativo, respeitadas suas funções e competências.

A participação familiar constitui outra dimensão relevante, sobretudo quando contribui para ampliar o conhecimento sobre as formas de comunicação, os interesses, as necessidades de apoio e as experiências educacionais do estudante. A interlocução entre família e escola pode favorecer a continuidade das estratégias

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

e a compreensão de situações que interferem na participação escolar. Contudo, a responsabilidade pela garantia do direito à educação permanece com o sistema de ensino; por isso, eventuais limitações na participação familiar não devem ser utilizadas para justificar a ausência de medidas pedagógicas ou institucionais necessárias à inclusão.

Para a análise dos documentos pedagógicos, essas dimensões podem ser investigadas por meio da identificação de referências à formação dos professores, ao planejamento coletivo, à atuação dos profissionais de apoio, ao atendimento educacional especializado e aos mecanismos de diálogo com as famílias. É importante, porém, distinguir a previsão de uma ação de sua realização efetiva. Quando um documento menciona reuniões, formação ou acompanhamento, isso comprova que a ação está registrada no planejamento, mas não necessariamente que foi executada ou que produziu os resultados esperados.

2.5 O contexto de Lábrea-AM e a contribuição do relatório de atividades da APAE

A contextualização territorial é importante para compreender que as políticas de educação inclusiva são implementadas em instituições que apresentam condições organizacionais e materiais distintas. Em municípios do interior da Amazônia, a análise das práticas educacionais precisa considerar as condições concretas de funcionamento das instituições, a disponibilidade de recursos e as possibilidades de articulação entre serviços educacionais e especializados. Essas questões, entretanto, devem ser examinadas a partir de evidências documentais específicas, evitando generalizações sobre o município ou sobre a região amazônica que não sejam sustentadas pelas fontes da pesquisa.

O Relatório de Atividades de 2024 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Lábrea-AM constitui uma fonte contextual relevante para esta investigação. O documento descreve atividades desenvolvidas nas áreas

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

educacional, de saúde e de assistência social, incluindo ações pedagógicas, artísticas e socioeducativas, iniciativas de conscientização sobre o autismo e atendimentos especializados. Também registra informações relativas à relação entre os serviços prestados pela instituição e a escolarização regular, além de apontar desafios institucionais, como limitações de infraestrutura e dificuldades relacionadas à participação familiar.

Esses registros permitem reconhecer a existência de ações institucionais voltadas ao atendimento e à participação social de pessoas com deficiência, bem como identificar questões que merecem ser consideradas na discussão sobre as condições de apoio educacional em Lábrea. Entretanto, o relatório possui limites para a investigação proposta: trata-se de um documento institucional da APAE, e não de um conjunto de planos pedagógicos produzidos pelas escolas regulares do município. Portanto, suas informações não permitem afirmar, por si só, como as práticas pedagógicas são planejadas nas escolas, quais adaptações estão previstas nos respectivos documentos ou em que medida as diretrizes inclusivas são executadas na rede municipal.

Essa distinção entre fonte contextual e corpus principal é indispensável para preservar a validade da análise. O relatório da APAE pode contribuir para a caracterização do contexto e para a identificação de questões que dialogam com o problema de pesquisa. Já a análise das práticas pedagógicas formalmente previstas nos planos escolares exige acesso aos projetos político-pedagógicos, aos planos de ensino, aos documentos de atendimento educacional especializado ou a outros registros institucionais pertinentes. Sem esses documentos, a pesquisa deverá restringir suas conclusões ao conteúdo efetivamente registrado no relatório da APAE.

Além das fontes já apresentadas, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), a Lei nº 9.394/1996, a Lei nº 12.764/2012, a Lei nº 13.146/2015, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), o relatório da UNESCO (2020) e as diretrizes do CAST (2024) podem

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

compor a fundamentação normativa e teórica do artigo. Esses materiais oferecem critérios para interpretar as concepções de inclusão, as estratégias pedagógicas e as condições institucionais descritas nas fontes locais. Não devem, entretanto, ser contabilizados como estudos empíricos do corpus documental se a pesquisa estiver delimitada à análise dos planos pedagógicos das instituições de Lábrea-AM.

Para fortalecer a dimensão local, é recomendável verificar a disponibilidade de documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Lábrea, do Conselho Municipal de Educação e das próprias escolas, especialmente o Plano Municipal de Educação vigente ou documentos de acompanhamento de suas metas, as normas do sistema municipal de ensino, os referenciais curriculares locais e os projetos político-pedagógicos das instituições selecionadas. A busca pública realizada identificou referências à organização da educação municipal, mas não permitiu confirmar, com segurança, uma versão oficial e atualizada de todos esses documentos locais. Por rigor metodológico, eles não devem ser citados como se tivessem sido consultados até que seus textos e sua procedência institucional sejam verificados.

Em síntese, a fundamentação teórica articula três eixos: o direito à educação inclusiva e seus marcos normativos; a organização das práticas pedagógicas, com ênfase na acessibilidade curricular e no planejamento; e as condições institucionais necessárias à participação e à aprendizagem dos estudantes com TEA. A articulação desses eixos fornece critérios para examinar os documentos selecionados, distinguir as orientações formalizadas das práticas efetivamente demonstradas e identificar lacunas que possam orientar o debate sobre o planejamento pedagógico inclusivo em Lábrea-AM.

3. Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza documental e de caráter descritivo-analítico, cujo propósito

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

consiste em examinar documentos relacionados à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando as práticas pedagógicas, a acessibilidade curricular e as condições institucionais associadas ao processo de escolarização em Lábrea, Amazonas.

A abordagem qualitativa mostra-se pertinente por possibilitar a interpretação dos conteúdos, das orientações e dos significados presentes nos documentos, sem reduzir a investigação à mensuração quantitativa de informações. O caráter descritivo-analítico, por sua vez, permite identificar os elementos registrados nas fontes e examiná-los à luz dos referenciais normativos e teóricos que fundamentam a educação inclusiva.

Quanto aos procedimentos, a investigação fundamenta-se na pesquisa documental, entendida como uma estratégia de análise sistemática de registros produzidos por instituições e órgãos públicos ou privados. Conforme a delimitação estabelecida, o Relatório de Atividades de 2024 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Lábrea-AM constitui a fonte documental efetivamente disponibilizada e examinada para contextualizar as ações educacionais, socioeducativas e de atendimento especializado desenvolvidas pela instituição.

O relatório também oferece informações sobre a relação entre os serviços da APAE e a escolarização regular, além de registrar desafios institucionais relacionados à infraestrutura e à participação familiar. Esses elementos serão interpretados considerando os limites do documento, sem atribuir a ele informações que não apresenta.

O corpus documental principal previsto para a análise das práticas pedagógicas nas instituições escolares deverá ser constituído pelos projetos político-pedagógicos, planos de ensino, planos de atendimento educacional especializado e demais documentos institucionais pertinentes, desde que sejam obtidos e tenham sua procedência confirmada. Até o momento, entretanto, esses documentos escolares não foram disponibilizados no material examinado.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

Por esse motivo, o relatório da APAE será tratado como fonte contextual complementar, e não como substituto dos planos pedagógicos das escolas. Caso os documentos escolares não sejam obtidos, o alcance da investigação deverá ser delimitado à análise do relatório institucional, com os ajustes correspondentes no título, na questão de pesquisa, nos objetivos e nas conclusões.

A seleção dos documentos deverá observar critérios de pertinência temática, procedência institucional, período de produção, disponibilidade integral para consulta e relação com o problema de pesquisa. Serão considerados pertinentes os registros que apresentem informações relacionadas à inclusão de estudantes com TEA, ao planejamento pedagógico, às estratégias de ensino, à acessibilidade curricular, à formação dos profissionais, à articulação entre escola e família e às condições institucionais de atendimento.

Documentos sem identificação de origem, sem relação direta com os objetivos ou cuja integridade não possa ser verificada deverão ser excluídos do corpus principal. A aplicação desses critérios será registrada de modo transparente, indicando os documentos localizados, os selecionados e os motivos de eventuais exclusões. Como não há, até o momento, um conjunto completo de documentos escolares, não se estabelecem antecipadamente números de documentos selecionados nem resultados de uma etapa de triagem ainda não realizada.

A fundamentação normativa e teórica será composta por documentos e publicações pertinentes à educação inclusiva, entre os quais a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/1996, a Lei nº 12.764/2012, a Lei nº 13.146/2015, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), o relatório da UNESCO (2020) e as diretrizes do Desenho Universal para a Aprendizagem do CAST (2024).

Essas fontes serão utilizadas como referências para interpretar o material documental, distinguindo-se do corpus empírico principal. A eventual incorporação de documentos da Secretaria Municipal de Educação de Lábrea-AM ou de outras

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

instâncias locais dependerá da localização, da verificação de autenticidade e da pertinência de cada documento.

O procedimento de análise será organizado em etapas articuladas. Inicialmente, será realizada a leitura integral dos documentos selecionados, com registro de sua identificação, autoria institucional, data, finalidade e contexto de produção. Em seguida, serão identificados e organizados os trechos relacionados aos objetivos da pesquisa, de modo a permitir a comparação entre as orientações documentadas e os referenciais teóricos e normativos. Posteriormente, os conteúdos serão agrupados em categorias analíticas previamente definidas, admitindo-se o surgimento de subcategorias durante a leitura, caso sejam identificados aspectos relevantes não contemplados na estrutura inicial.

As categorias de análise compreenderão: a) concepções de educação inclusiva e de escolarização de estudantes com TEA; b) planejamento e organização das práticas pedagógicas; c) estratégias de ensino, recursos didáticos e acessibilidade curricular; d) avaliação e acompanhamento da aprendizagem; e) formação docente e colaboração entre profissionais; f) participação familiar e articulação com serviços de apoio; e g) condições institucionais e lacunas documentais. Essas categorias foram definidas com base no problema de pesquisa, nos objetivos e nos referenciais apresentados na fundamentação teórica. Sua aplicação permitirá identificar como os aspectos da inclusão são abordados nas fontes e quais dimensões recebem maior ou menor detalhamento documental.

A interpretação dos dados será realizada por meio de análise temática dos conteúdos documentais, buscando identificar convergências, diferenças, ausências e tensões entre as orientações registradas e os parâmetros normativos e teóricos adotados. A análise não se limitará à reprodução descritiva das informações: procurará discutir sua relevância para a compreensão das condições de planejamento da educação inclusiva.

Para preservar a consistência interpretativa, cada afirmação sobre o conteúdo das fontes deverá estar vinculada ao documento correspondente. Do

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

mesmo modo, a ausência de determinada orientação será registrada como lacuna documental, sem ser automaticamente interpretada como inexistência da prática no cotidiano escolar.

Por fim, a pesquisa observará os princípios de rigor, transparência e fidelidade às fontes, com identificação das referências consultadas e distinção entre informações documentadas, interpretações analíticas e questões que exigem investigação adicional. Por se tratar de uma pesquisa documental, não se prevê, nesta etapa, a realização de entrevistas, questionários ou observações diretas. Caso sejam incorporados procedimentos com participação de pessoas, será necessário reavaliar os requisitos éticos aplicáveis antes de sua execução.

Entre as limitações metodológicas, destaca-se a ausência, até o momento, dos planos pedagógicos das escolas de Lábrea-AM, o que restringe as conclusões que podem ser sustentadas sobre as práticas formalmente previstas na rede de ensino. Essa limitação será considerada na delimitação do corpus e na apresentação dos resultados, de modo a assegurar a coerência entre os documentos efetivamente analisados e as conclusões do estudo.

4. Resultados e Discussões

A análise documental do Relatório de Atividades de 2024 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Lábrea-AM permite identificar aspectos relevantes para a compreensão do atendimento educacional e socioeducativo destinado às pessoas com deficiência no município, incluindo ações relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Entretanto, para preservar a coerência entre os objetivos, a metodologia e os resultados, é necessário delimitar o alcance das evidências: o documento examinado é um relatório institucional da APAE, e não um conjunto de projetos político-pedagógicos ou planos de ensino das escolas regulares. Portanto, os resultados apresentados nesta seção referem-se às informações registradas no

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

relatório e à sua interpretação à luz da literatura e dos marcos normativos, sem presumir que as mesmas práticas estejam previstas ou sejam desenvolvidas nas escolas da rede municipal.

A discussão está organizada em quatro eixos: ações educacionais e socioeducativas documentadas; acessibilidade e organização das práticas pedagógicas; articulação institucional e condições de atendimento; e implicações para a análise da inclusão de estudantes com TEA nos documentos escolares. Essa organização permite relacionar as evidências disponíveis aos objetivos da pesquisa e explicitar os aspectos que ainda dependem da consulta a documentos complementares.

4.1 Ações educacionais e socioeducativas registradas no relatório institucional

O relatório da APAE de Lábrea-AM descreve atividades desenvolvidas nas áreas de educação, saúde, assistência social e participação socioeducativa. Entre as ações mencionadas estão atividades pedagógicas, artísticas e de oficinas, iniciativas de conscientização sobre o autismo e atendimentos especializados, incluindo serviços de psicologia, fonoaudiologia e fisioterapia.

O documento também registra atividades relacionadas à música, à dança, às artes e à promoção de hábitos de higiene e saúde. Esse conjunto de informações evidencia a diversidade de ações institucionais descritas no relatório, embora não permita, isoladamente, avaliar sua frequência, sua qualidade pedagógica ou seus efeitos sobre a aprendizagem dos participantes.

Do ponto de vista educacional, a presença de atividades diversificadas constitui um aspecto relevante para discutir as possibilidades de participação e desenvolvimento de pessoas com deficiência. As práticas artísticas e socioeducativas podem ampliar as oportunidades de expressão, interação e participação, desde que estejam articuladas a objetivos definidos e às

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

necessidades dos participantes. No entanto, o documento não oferece elementos suficientes para afirmar que todas essas atividades correspondem a estratégias curriculares sistematizadas especificamente para estudantes com TEA, nem para estabelecer uma relação causal entre as ações relatadas e os resultados de aprendizagem.

Essa distinção é importante porque a existência de atividades educacionais não equivale, automaticamente, à demonstração de uma proposta pedagógica inclusiva plenamente estruturada. Para avaliar essa dimensão, seriam necessários registros mais detalhados sobre objetivos de aprendizagem, planejamento, recursos utilizados, formas de acompanhamento, critérios de avaliação e adaptações realizadas.

Assim, o relatório permite reconhecer a existência de ações educacionais e socioeducativas, mas não fornece evidências suficientes para determinar em que medida elas se articulam a um currículo individualizado ou a um planejamento pedagógico formalmente documentado.

Essa interpretação dialoga com Ridolfi *et al*. (2025), que, em estudo sobre a produção acadêmica nacional relativa às práticas pedagógicas destinadas a estudantes com TEA, analisaram 42 dissertações e teses e discutiram a necessidade de examinar criticamente as evidências disponíveis sobre as práticas inclusivas. A contribuição desse estudo para a presente discussão consiste em reforçar a importância de não confundir a descrição de ações com a demonstração de sua adequação pedagógica ou de seus resultados. No caso de Lábrea-AM, essa cautela exige que as atividades registradas no relatório sejam tratadas como evidências da atuação institucional descrita, sem extrapolar o que a fonte permite concluir.

4.2 Práticas pedagógicas, acessibilidade curricular e participação dos estudantes com TEA

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

A diversidade das atividades registradas no relatório da APAE oferece um ponto de partida para discutir a importância de práticas educacionais que considerem diferentes formas de participação e expressão. Atividades artísticas, musicais e corporais podem integrar experiências educativas relevantes, mas sua contribuição para a inclusão depende da forma como são planejadas, da acessibilidade dos materiais e dos ambientes, dos objetivos estabelecidos e das possibilidades de participação de cada estudante.

A análise do documento, contudo, não permite identificar de maneira sistemática quais estratégias específicas foram utilizadas com estudantes com TEA, como os recursos foram selecionados ou se houve flexibilização curricular e avaliativa. Tampouco é possível verificar se as atividades descritas foram planejadas a partir de avaliações pedagógicas individuais ou de objetivos de aprendizagem previamente definidos. Por isso, a interpretação mais consistente é reconhecer a presença de atividades diversificadas no âmbito institucional e, simultaneamente, assinalar a necessidade de documentação mais detalhada para avaliar sua articulação com os princípios da acessibilidade curricular.

Essa questão pode ser aprofundada a partir das contribuições de Ridolfi et al. (2026), que discutem estratégias de ensino e processos avaliativos no contexto da neurodiversidade e da educação básica. Os autores defendem a importância de diversificar as estratégias didáticas, rever práticas avaliativas excessivamente padronizadas e considerar as singularidades dos estudantes na organização do ensino. Essa contribuição teórica é pertinente para interpretar o relatório de Lábrea-AM, mas não deve ser tomada como comprovação de que as estratégias discutidas pelos autores foram implementadas pela APAE ou pelas escolas municipais.

Sob essa perspectiva, a acessibilidade curricular deve ser compreendida como a organização de condições que favoreçam o acesso aos conteúdos, a participação nas atividades e a expressão das aprendizagens. Na análise de documentos escolares, esse princípio pode ser investigado pela identificação de orientações sobre recursos visuais, diversificação de materiais, organização de

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

rotinas, flexibilização de tempo, alternativas de comunicação e adequação dos procedimentos de avaliação às necessidades educacionais identificadas. Tais recursos não devem ser presumidos como universais ou obrigatórios em todas as situações; sua pertinência precisa ser examinada em relação aos objetivos pedagógicos e às características de cada estudante.

A discussão também se articula às diretrizes do Desenho Universal para a Aprendizagem, apresentadas pelo CAST (2024), que propõem a antecipação e a redução de barreiras por meio de diferentes formas de envolvimento, representação e ação e expressão. Esse referencial permite estabelecer critérios para examinar se os documentos pedagógicos preveem alternativas de participação e acesso ao conhecimento. Entretanto, como os planos pedagógicos das escolas de Lábrea-AM não foram disponibilizados, não é possível concluir se essas orientações estão incorporadas ao planejamento da rede municipal.

Assim, o principal resultado analítico deste eixo não consiste em afirmar que as práticas documentadas são plenamente acessíveis ou insuficientes, mas em reconhecer que o relatório institucional descreve atividades educacionais diversificadas sem apresentar detalhes suficientes para avaliar sua correspondência com estratégias curriculares específicas para estudantes com TEA. A verificação dessa dimensão depende de fontes que registrem mais diretamente o planejamento, a execução e o acompanhamento das práticas pedagógicas.

4.3 Atendimento especializado, articulação institucional e condições de inclusão

Outro aspecto identificado no relatório refere-se à articulação entre as atividades educacionais e os atendimentos especializados oferecidos pela APAE. O documento descreve serviços em diferentes áreas e apresenta informações sobre a relação entre o atendimento institucional e a escolarização regular. Também

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

registra desafios relacionados à infraestrutura e à participação familiar. Esses elementos são relevantes para discutir as condições de apoio ao processo educacional, embora o relatório não permita mensurar a extensão desses desafios nas escolas regulares do município.

A existência de serviços especializados pode contribuir para o atendimento de necessidades diversas, desde que haja articulação entre os profissionais envolvidos e os objetivos educacionais dos estudantes. Entretanto, é importante distinguir o atendimento especializado da responsabilidade pedagógica da escola regular. A oferta de serviços complementares não substitui o dever da instituição escolar de organizar o currículo, promover a participação dos estudantes e acompanhar sua aprendizagem.

Nesse sentido, a Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei nº 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, fornecem fundamentos normativos para compreender a inclusão como garantia de direitos, e não como responsabilidade exclusiva de instituições especializadas ou das famílias. A discussão desses dispositivos reforça a necessidade de que as condições institucionais sejam examinadas em conjunto com o planejamento pedagógico e a organização dos apoios educacionais.

O relatório também menciona limitações de infraestrutura e dificuldades relacionadas à participação familiar. Essas informações indicam questões institucionais que merecem atenção, mas não autorizam generalizar tais dificuldades para toda a rede de ensino de Lábrea-AM. Para compreender seu alcance, seria necessário consultar documentos das escolas e da gestão educacional municipal, além de identificar como as instituições registram suas necessidades, suas ações de acompanhamento e suas formas de articulação com os serviços de apoio.

A participação familiar, por sua vez, deve ser compreendida como uma dimensão colaborativa do processo educativo, e não como condição para que a

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

escola cumpra suas obrigações. O diálogo entre família e profissionais pode favorecer a compreensão das necessidades de apoio e a continuidade de estratégias educacionais; contudo, eventuais dificuldades de participação não eximem as instituições de planejar e implementar medidas de acessibilidade e inclusão.

Essa discussão converge com Ridolfi et al. (2025), que abordam a inclusão de estudantes neurodivergentes e a importância da formação docente, da mediação escolar e das políticas educacionais. Os autores contribuem para compreender que a inclusão demanda articulação entre os diferentes componentes do trabalho pedagógico e institucional, em vez de depender de iniciativas isoladas. No contexto deste estudo, essa contribuição funciona como referência interpretativa: o relatório da APAE oferece elementos sobre serviços e desafios institucionais, mas não demonstra, por si só, como se organiza a colaboração entre os profissionais da escola regular e os serviços especializados.

Portanto, a análise aponta para a importância de investigar, nos documentos escolares, a definição de responsabilidades, as formas de acompanhamento pedagógico, a previsão de planejamento colaborativo e os mecanismos de comunicação com as famílias. Esses aspectos permitiriam aprofundar a compreensão das condições institucionais para a inclusão de estudantes com TEA, sem confundir a oferta de atendimento especializado com a efetivação integral do direito à educação inclusiva.

4.4 Implicações para o planejamento pedagógico das escolas de Lábrea-AM

A leitura do relatório da APAE, em articulação com os referenciais normativos e a literatura consultada, permite delimitar questões que deverão orientar uma análise documental mais ampla dos planos pedagógicos das escolas de Lábrea-AM. Entre elas, destacam-se a forma como a inclusão é conceituada nos documentos, a presença de estratégias de acessibilidade curricular, a definição de

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

procedimentos de avaliação, a previsão de formação docente e a organização da colaboração entre profissionais e famílias.

Essas dimensões são relevantes porque a coerência de uma proposta inclusiva não pode ser aferida apenas pela presença de declarações gerais de respeito à diversidade. É necessário examinar se os documentos traduzem esses princípios em orientações pedagógicas identificáveis, com objetivos, estratégias, recursos, responsabilidades e formas de acompanhamento. A ausência de tais informações em um documento pode constituir uma lacuna de planejamento ou de registro, mas não comprova automaticamente que a ação correspondente inexista no cotidiano escolar.

A BNCC (Brasil, 2018) fornece uma referência para examinar a relação entre os objetivos de aprendizagem e a organização curricular. A legislação brasileira sobre educação especial e direitos das pessoas com deficiência, por sua vez, estabelece parâmetros para avaliar se os documentos reconhecem a obrigação institucional de promover acesso, permanência, participação e aprendizagem. Já as diretrizes do CAST (2024) podem auxiliar na identificação de orientações que antecipem barreiras e ofereçam diferentes possibilidades de participação e expressão.

A produção de Ridolfi et al. (2025) também é pertinente por tratar diretamente das práticas pedagógicas destinadas a estudantes com TEA, enquanto Ridolfi et al. (2026) discutem a relação entre neurodiversidade, estratégias de ensino e processos avaliativos. Em conjunto, esses estudos reforçam a necessidade de considerar a formação docente, a flexibilidade metodológica e a adequação dos processos avaliativos como dimensões importantes da análise. Suas contribuições, entretanto, devem ser empregadas para construir critérios interpretativos, não para atribuir resultados às instituições de Lábrea que não foram diretamente investigadas.

A principal implicação metodológica é, portanto, a necessidade de ampliar o conjunto de fontes caso se pretenda responder integralmente à questão de

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

pesquisa formulada na introdução. A consulta aos projetos político-pedagógicos, aos planos de ensino e, quando pertinentes, aos planos de atendimento educacional especializado permitiria verificar como as orientações inclusivas são formalizadas pelas escolas.

A inclusão de documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação e de normas locais, desde que sua autenticidade e vigência sejam confirmadas, também poderia contribuir para contextualizar as responsabilidades e as diretrizes da rede municipal.

Sem esses documentos, o estudo pode oferecer uma análise contextual relevante das ações descritas pela APAE, mas não pode afirmar que identificou as práticas pedagógicas previstas nos planos das escolas de Lábrea-AM. Essa delimitação não reduz a importância do material disponível; ao contrário, explicita as possibilidades e os limites da fonte, preservando a validade das interpretações e a coerência entre o objetivo declarado e as evidências examinadas.

4.5 Síntese interpretativa dos resultados

A análise permite organizar os principais achados documentais e as lacunas que permanecem em relação ao objeto de pesquisa.

Dimensão analisada	Evidência disponível	Limite interpretativo
Ações educacionais	O relatório descreve atividades pedagógicas, artísticas e socioeducativas.	Não permite avaliar, isoladamente, os resultados de aprendizagem.
Atendimento especializado	São mencionados serviços em diferentes áreas e ações voltadas às pessoas com deficiência.	Não demonstra como ocorre a articulação cotidiana com cada escola regular.
Acessibilidade curricular	As atividades descritas oferecem elementos para discutir a	Não há detalhamento suficiente para confirmar adaptações

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

	diversificação das experiências educativas.	curriculares específicas para estudantes com TEA.
Condições institucionais	O documento registra desafios relacionados à infraestrutura e à participação familiar.	Não permite generalizar essas condições para todas as escolas do município.
Planejamento das escolas	O relatório apresenta informações contextuais sobre a relação entre atendimento especializado e escolarização.	Os planos pedagógicos das escolas não foram disponibilizados para análise direta.

Fonte: elaboração dos autores, com base no Relatório de Atividades de 2024 da APAE de Lábrea-AM.

Em síntese, os resultados indicam que o relatório da APAE constitui uma fonte relevante para contextualizar ações educacionais e socioeducativas destinadas às pessoas com deficiência em Lábrea-AM. A discussão, articulada aos marcos legais e aos estudos de Ridolfi et al. (2025, 2026), evidencia a importância de examinar a acessibilidade curricular, a diversificação das estratégias pedagógicas, a avaliação da aprendizagem, a formação docente e a articulação institucional. Todavia, esses referenciais não substituem as evidências locais necessárias para determinar como as escolas formalizam suas práticas inclusivas.

A principal contribuição desta etapa consiste em delimitar o que a fonte permite afirmar e indicar quais documentos são necessários para aprofundar a investigação. A análise dos planos pedagógicos das escolas permanece uma etapa indispensável para responder integralmente à questão de pesquisa inicialmente formulada. Dessa forma, a discussão preserva a distinção entre as ações registradas pela APAE, os referenciais teóricos utilizados para interpretá-las e as práticas escolares que ainda precisam ser examinadas diretamente.

Considerações Finais

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

O presente estudo teve como objetivo analisar documentalmente aspectos relacionados à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando as práticas pedagógicas, a acessibilidade curricular e as condições institucionais no contexto de Lábrea-AM. A análise do Relatório de Atividades de 2024 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) permitiu identificar o registro de atividades educacionais, artísticas e socioeducativas, atendimentos especializados e iniciativas de conscientização sobre o autismo. O documento também apresenta desafios institucionais relacionados à infraestrutura e à participação familiar, contribuindo para contextualizar questões pertinentes à organização do atendimento educacional no município.

A discussão, fundamentada nos marcos normativos brasileiros, nas diretrizes da educação inclusiva e nas contribuições da literatura sobre práticas pedagógicas destinadas a estudantes com TEA, evidenciou a importância do planejamento educacional, da acessibilidade curricular, da diversificação das estratégias de ensino, da formação docente e da articulação entre os profissionais envolvidos. Esses elementos constituem dimensões relevantes para a efetivação do direito à educação inclusiva, pois a inclusão não se restringe ao acesso à instituição escolar, mas pressupõe condições para a participação e a aprendizagem dos estudantes, respeitando suas necessidades educacionais.

Entretanto, os resultados devem ser interpretados considerando os limites da documentação examinada. O relatório da APAE não permite verificar diretamente como as práticas inclusivas são formalizadas nos projetos político-pedagógicos e nos planos de ensino das escolas regulares de Lábrea-AM. Da mesma forma, as informações registradas não são suficientes para avaliar a eficácia das atividades descritas ou estabelecer relações causais entre os atendimentos oferecidos e os resultados educacionais. Assim, as evidências sustentam uma contextualização das ações institucionais, mas não autorizam conclusões generalizadas sobre a implementação da educação inclusiva em toda a rede municipal.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

Como limitação, destaca-se a ausência dos documentos pedagógicos das escolas no conjunto de fontes efetivamente disponibilizado para análise. Recomenda-se, em pesquisas futuras, examinar projetos político-pedagógicos, planos de ensino, planos de atendimento educacional especializado e documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação, a fim de investigar como os princípios legais da inclusão são incorporados ao planejamento escolar. Estudos que incluam outras fontes de evidência, como entrevistas com profissionais e observações das práticas pedagógicas, poderão aprofundar a compreensão das relações entre planejamento institucional e experiências educacionais, observados os procedimentos éticos aplicáveis.

Conclui-se que a análise documental realizada contribui para contextualizar o atendimento educacional e socioeducativo registrado pela APAE de Lábrea-AM e para identificar questões que merecem investigação mais aprofundada sobre a inclusão de estudantes com TEA. Sua principal contribuição consiste em delimitar as evidências disponíveis e explicitar a necessidade de ampliar o corpus documental para compreender como as escolas formalizam suas práticas inclusivas. Desse modo, a pesquisa oferece subsídios para o debate sobre o planejamento pedagógico e a organização institucional, preservando a distinção entre as ações documentadas, os referenciais normativos e as práticas escolares cuja análise ainda depende de documentação específica.

Referências

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) DE LÁBREA-AM. **Relatório de atividades 2024**. Lábrea, AM: APAE, 2024. Documento institucional.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 out. 2026.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 9 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 9 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/. Acesso em: 9 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: https://www.bds.unb.br/handle/123456789/1415. Acesso em: 9 out. 2026.

CAST. **Universal Design for Learning Guidelines version 3.0**. Lynnfield, MA: CAST, 2024. Disponível em: https://udlguidelines.cast.org/. Acesso em: 9 out. 2026.

RIDOLFI, Luiz Fernando *et al*. Práticas pedagógicas para estudantes com TEA: uma análise crítica do estado do conhecimento e das implicações para a Educação Inclusiva. **Studies in Multidisciplinary Review**, v. 6, n. 2, e22391, 2025. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/smr/article/view/22391. Acesso em: 9 out. 2026.

RIDOLFI, Luiz Fernando *et al*. Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas no atendimento a estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade nos anos iniciais do ensino fundamental. **REMUNOM**, v. 21, n. 02, p. 1–19, 10 dez. 2025b. Disponível em: https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/pt_BR/article/view/5138. Acesso em: 9 out. 2026.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/09/2026 - **Accepted:** 16/10/2026
Vol: 08.10
DOI: 10.66104/ysbf7e91
Pages: 1-33

RIDOLFI, Luiz Fernando *et al*. Neurodiversidade e autismo no contexto da Educação Básica: as estratégias de ensino e os processos avaliativos à luz da reconfiguração das práticas pedagógicas inclusivas. **Revista Tópicos**, v. 4, n. 32, p. 1–30, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776620894. Disponível em: Acesso em: 9 out. 2026.

UNESCO. Global education monitoring report 2020: inclusion and education: all means all. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: https://www.unesco.org/gem-report/en/publication/2020-inclusion-and-education-all-means-all. Acesso em: 9 out. 2026.